

**resenhas educativas**  
**uma revista de resenhas de livros**



**Santomé, Jurjo. (2006). *La desmotivación del profesorado*. Madrid: Morata.**

128pp.  
ISBN 10:84-7112-510-2

**Resenhado por Manuela Alves**  
**Universidade do Minho – Portugal**

Janeiro 28, 2007



*La desmotivación del profesorado*, é um livro especialmente dirigido à classe docente mas também a pessoas que se interessem por questões relacionadas com a educação, com o sistema educativo (interesse no sentido de pretendem fazer algo que transforma o sistema educativo num mecanismo produtor e promotor de maior justiça social), uma vez que este se trata de um dos sistemas que ajuda a construir o presente e a determinar o futuro da nossa sociedade. Este livro surge na linha de investigação a que Jurjo Torres Santomé já nos vem habituando: Análise sociopolítica do currículo, políticas educativas, currículo integrado, currículo e anti-discriminação, multiculturalismo e formação de professores. Claramente uma muito bem conseguida análise relacional da educação, sempre perseguida pelo autor e muito na linha do que aliás nos é também proposto por Michael Apple e Lois Weis (1998).

Esta obra apresenta-se estruturada em quatro capítulos: capítulo I – Dificuldades em analisar o presente; capítulo II – As tentativas da destruição do ensino público; capítulo III – Razões da desmotivação do professorado e capítulo IV – Rompendo os muros: a necessidade de estruturas mais flexíveis para melhorar a coordenação e organização entre as actividades escolares e extra-escolares. Na presente recensão irei apenas referir alguns destes capítulos que acho mais pertinentes e que mostram claramente as opiniões e reflexões de Jurjo Torres Santomé em relação a toda esta problemática que é a situação da classe docente na actualidade.

Jurjo Torres Santomé começa por fazer uma contextualização da sociedade actual e, em especial, do sistema educativo. Este processo de mudança dá-se perante esta grande “explosão” do uso das tecnologias e do surgimento de melhores e mais sofisticadas redes de informação e comunicação, usadas em todas as áreas especialmente na educação. A educação tem, obrigatoriamente, de se adaptar às necessidades das sociedades onde está inserida. Mas este processo nem sempre é fácil, pois essa “adaptação” tem pela frente um grande desafio, que é o de se adaptar às mudanças sociais, culturais e económicas que nascem aquando da massificação do uso das novas tecnologias. Contudo, a educação, ultimamente, tem vindo a ser reformulada. Embora, na sua essência, mantendo o mesmo objectivo, que é o de educar, não podemos ficar indiferentes aos novos métodos e técnicas introduzidos no ensino, decorrentes do aparecimento das novas tecnologias.

No capítulo *Dificuldades em analisar o presente* o autor faz uma retrospectiva histórica da sociedade e do sistema educativo. Começando por referir as grandes conquistas das mulheres e das crianças na sociedade no século XX, (mais poder político e nas próprias instituições escolares por parte das mulheres e a constituição dos Direitos das Crianças), o investigador da Universidade da Coruña, Espanha reflecte sobre as consequências destas conquistas na sociedade e em particular na educação. Relativamente à constituição dos Direitos das Crianças adverte que os mesmos trouxeram grandes implicações em todos os âmbitos da sociedade. O mundo da educação sofreu revoluções conceptuais e metodológicas, bem como toda as esferas sociais. O modelo tradicional de educação e de escola em que o poder patriarcal é dominante e baseado na disciplina, deixa de existir. Surge uma escola onde as vozes infantis demandam participação e uma partilha de poder; uma escola onde predomina a co-educação, uma escola inclusiva e uma educação multicultural anti – racista. O autor refere que é inimaginável um retrocesso social destas conquistas na actualidade e que apesar das metas atingidas ainda não se conseguiu uma total igualdade dos direitos humanos, no entanto é importante enfatizar todos estes feitos. Uma avaliação do passado século XX enfatiza a ideia de que no presente momento há um repúdio exacerbado das políticas de colonialismo e a democracia é vista como um modelo político mais justo, por meio do qual se organiza a vida social das pessoas, instituições e povos. No século XX, um século conturbado, viu-se o fim de inúmeras ditaduras, tanto fascistas como comunistas, e também de políticas colonialistas, contudo alguns desses modelos de exploração ainda persistem na sociedade, embora em pequeno número, e apenas suscitados pela força das armas e não da razão. Na actualidade estão também a surgir novas formas e muito agressivas de imperialismo que é necessário combater. A educação surge aqui com um papel essencial pois o acesso a todos os povos e etnias, garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, leva a uma consciencialização de que é necessário criar uma sociedade mais justa, democrática e solidária e só pessoas instruídas é que contribuirão para a prolongação destas leis de liberdade e igualdade de direitos e tornar assim a democracia uma realidade e não uma utopia. Os sistemas educativos constituem assim um dos pilares fundamentais na construção de um mundo mais justo.

Todas estas conquistas efectuadas no século XX afectaram o sistema educativo e consequentemente a classe docente e toda a sua actividade. O avanço das ideologias progressistas neste século serviu de base de apoio à luta pela expansão dos valores da democracia. Ideia também presente na obra de Hobsbawm (1996). No entanto, há aqui uma reviravolta, aquando da queda do Muro de Berlim. Jurjo Torres Santomé retoma aqui uma pertinente análise já sugerida na sua obra *Educación en Tiempos de Neoliberalismo*. Para o investigador galego a queda desse símbolo representaria o final das ditaduras ‘ditas’ comunistas, e neste contexto as ideologias neoliberais e conservadoras souberam aproveitar esse facto a seu favor, tentando mostrar à humanidade que só elas estariam comprometidas com a justiça social e a democracia. Na realidade começaria neste momento uma época em

que as ideologias conservadoras aliadas a modelos económicos neoliberais levariam a mais uma crise na sociedade e conseqüentemente no sistema educativo. Impõe-se neste momento uma filosofia consumista. A proliferação dos meios de comunicação de massas, das redes virtuais (Internet) leva àquilo que o autor chamou de “dessocialização”. A cultura da superficialidade, a ditadura das modas e da comunicação rápida, acrescida à falta de tempo e de espaço, deu lugar a grandes transformações. O consumo, a busca de dinheiro e de êxito são a força motriz da vida das pessoas.

O autor termina a sua análise neste capítulo referindo que conceitos como liberdade, democracia, qualidade, excelência, autonomia e equidade, que haviam sido introduzidos pelas ideologias de esquerda ganham outro significado nesta nova era ideológica. O modelo político de democracia corre o risco de acabar simplificado e circunscrito ao mercado, como projecto económico, referido às possibilidades de abrir negócios, e, além disso, de votar cada quatro anos em personalidades da política que cada vez prestam menos contas ao público.

No capítulo seguinte *As tentativas da destruição do ensino público*, o autor estada seguimento à sua linha de raciocínio e continua a reflectir sobre as políticas neoliberais e quais as suas conseqüências no ensino e no trabalho docente. Numa instituição escolar neoliberal a tónica está na lei da oferta e da procura e cabe aos pais a escolha das melhores escolas. Claro está que a publicidade é um factor essencial e preponderante nesta escolha. Muito na linha do que nos haviam sugerido também outros autores – Apple (2003), Gimeno Sacristán (1999) – Jurjo Torres Santomé salienta a lógica de mercado presente que interessa, quer a pais, quer a alunos, a assimilação de conhecimentos que lhe servirão para o intercâmbio no mercado laboral e garantir assim o êxito económico e social. Os conteúdos escolares são entendidos como armas que os alunos utilizam na guerra da competitividade económica.

Jurjo Torres Santomé menciona Gary Becker, que em 1964, se refere às dimensões utilitaristas do conhecimento e da educação. Jurjo Torres Santomé também chama a atenção para o facto de que a própria educação ‘menos formal’, aquela que devemos ter ao longo da vida, se está a converter a esta lógica mercantilista. O interesse já não está em formar cidadãos com formação cultural, política e social actualizada, em melhorar as capacidades reflexivas e críticas e sensibilizar as pessoas para o exercício da solidariedade e da democracia, mas sim em tornar os cidadãos em trabalhadores mais flexíveis, eficazes, polivalentes e fieis aos interesses de quem os contrata.

O mundo da educação foi trespassado por uma onda de interesses económicos e as grandes empresas estão a tirar benefícios disso. Uma das organizações que é mencionada pelo autor e que está a influenciar fortemente os ditames da educação é a ‘Mesa Redonda Europeia dos Industriais, constituída por directores de grandes empresas tais como a Nestlé, Volvo, Nokia, Danone, entre outras. Esta classe de megaempresas, promotora de políticas económicas e neoliberais, tem um grande peso político, particularmente no momento presente de globalização dos mercados. São grupos empresariais que aprenderam a coagir os governos através de ameaças de deslocação das suas fábricas e de despedimento de trabalhadores e de trabalhadoras. É por tudo isto que na educação e nos discursos educativos predominam conceitos como “qualidade”, “competitividade” e “excelência”.

Estes conceitos aparecem como se se tratassem de filosofias neutrais, não contaminadas por ideologias políticas, mas na realidade são conceitos que se medem com modelos quantitativos com base em critérios ou indicadores que nunca são submetidos a debate público e a consenso, sendo antes legislados e impostos como se se tratasse unicamente de uma questão técnica e neutral e que, portanto, compete em exclusivo aos especialistas que trabalham nestas questões.

Muitas são as outras empresas que para além da *Mesa Redonda Europeia dos Industriais* pressionam os governos para que a lógica do mercado oriente as instituições escolares, tais como o IASC (*International Accounting Standards Foundation*).

Jurjo Torres Santomé termina este capítulo concluindo que a mercantilização do sistema educativo alcançou grandes êxitos, especialmente porque se fez acompanhar de linguagens de campos disciplinares como a psicologia, sociologia e pedagogia, nas suas correntes mais tecnocráticas que impedem que se veja o fundo social, cultural e político que promovem ou avalizam. Se analisarmos o ataque neoliberal contra as escolas públicas veremos como uma das suas principais linhas de acção opera sobre a desvirtualização das finalidades dos sistemas educativos.

Torna-se ainda importante realçar que a palavra “desmoralização” surge nesta obra através de um diálogo que o autor manteve com um conjunto de professores e professoras. No capítulo *Razões da desmotivação dos professores*, o autor resume em 15 pontos os motivos que levam a essa “desmoralização”. Um dos primeiros motivos para a desmoralização dos professores prende-se com um aspecto que já foi referido anteriormente: a ligação íntima da educação com o sistema capitalista. O autor traz à colação, entre outros, autores como Manuel Castells referindo-se a “uma nova reestruturação do capitalismo, para abrir caminho ao que designa por *capitalismo informacional*”. A sociedade actual está a viver momentos de profundas mudanças, gerando-se instabilidade e insegurança que se vai reflectir no sistema educativo. Toda esta situação leva a constantes reformas educativas, reformas essas que ignoram completamente a opinião da classe docente. Os professores têm, tal como refere o autor, “dificuldades na compreensão das finalidades do trabalho quotidiano nas escolas”. As suas palavras merecem ser destacadas

Podemos, portanto, constatar uma crise na razão de ser das instituições escolares, devido a uma falta de consenso acerca dos fins que devem, prioritariamente, orientar o seu trabalho. As pressões neoliberais levam-nas por um lado, a ficar obcecadas com a preparação de trabalhadoras e trabalhadores; por outro lado, os grupos conservadores tratam de recuperar certos proclamados valores perdidos, mas, assim que se lhes pedem esclarecimento, vemos que o que procuram é recuperar poderes perdidos ou privilégios discutíveis no presente” (p. 36).

Um dos aspectos que mais chama à atenção – e que provavelmente se poderá aplicar claramente ao contexto em Portugal - como um dos maiores motivos para a desmoralização dos professores será também o facto da falta de autonomia por parte da classe docente para ‘produzirem’ (provavelmente em conjunto com os alunos e alunas) o próprio currículo da disciplina que leccionam, currículo esse adaptado aos seus alunos e alunas. A existência de um currículo obrigatório igual para todas as escolas e excessivamente sobrecarregado de conteúdos, não leva, na opinião dos professores, à progressão dos alunos e ao seu bom desempenho. Este tipo de currículo não deixa espaço ao docente para reflectir e tomar decisões acerca de quais os conteúdos que mais se adequam ao tipo de alunos que têm, ao tipo de região onde estão a leccionar, etc. Não há tempo nem espaço para a execução de projectos curriculares mais integrados – na linha do que nos propõe James Beane (2001) – e de âmbito interdisciplinar e que promovem fortemente a motivação dos alunos. O professor tem apenas tempo e espaço para pensar em questões mais metodológicas de avaliação, cujos parâmetros, por sua vez, também já vêm determinados pelo Ministério da Educação.

O autor refere ainda outros motivos para a desmoralização dos professores, nomeadamente, a concepção tecnocrática do que deve ser o trabalho docente; a formação inicial muito deficitária e uma pobreza das políticas de actualização cultural e psicopedagógica dos professores; uma administração escolar muito burocrática; a falta de serviços de apoio e uma notável desprotecção por parte dos próprios serviços de inspecção escolar, quase exclusivamente interessados em questões burocráticas e sanções; a ausência

de uma democracia na vida e gestão das escolas e das aulas; dificuldades em estabelecer um relacionamento com os alunos, comunicar com eles escutá-los; problemas importantes em estabelecer um relacionamento com as famílias, fundamentalmente por falta de desenvolvimento de capacidades sociais e carência de informação que possibilitem a interações e a comunicação; a existência de um clima social e político que responsabiliza unicamente os professores pela qualidade dos processos de ensino e aprendizagem; a realidade de um ambiente social de cepticismo, superficialidade e banalização; e o forte peso de estereótipos mercantilistas que acabam por apresentar as iniciativas privadas e, portanto, as instituições escolares privadas, como as únicas eficientes e responsáveis.

A burocracia do sistema de ensino é com certeza um dos maiores motivos de desmotivação dos professores. O Ministério da Educação preocupa-se demasiado em exigir às escolas a elaboração de projectos curriculares de escola e de aula, todavia não se preocupa em saber se realmente são implementados e se essa implementação vai ou não promover aproveitamento escolar dos alunos. Este tipo de exigências burocráticas por parte do Ministério tal, como o autor refere, “só serve para ocupar muito do tempo do professor, fazendo-o preencher documentos atrás de documento de uma forma mecânica” (p. 66) deixando pouco tempo ao professor para actividades que realmente interessam e que são mais necessárias para melhorar o ensino e a aprendizagem que tem por obrigação promover. Outro aspecto muito actual em Portugal e que Jurjo Torres Santomé também indica como sendo factor de desmotivação é a culpabilização dos professores por todo o insucesso dos alunos. Há uma clara desvalorização do ensino público em relação ao ensino privado e consequentemente, uma desvalorização do docente do ensino público. O objectivo desta desvalorização e confronto entre o ensino público e particular terá por detrás uma forte vontade do Estado privatizar o ensino público. Até porque vivemos numa época em que o mercantilismo está directamente relacionado com a proliferação dos estabelecimentos de ensino privados.

No último capítulo *Rompendo os muros: a necessidade de estruturas mais flexíveis para melhorar a coordenação e organização entre as actividades escolares e extra-escolares*, o autor refere que na actualidade a geração adulta associa a cultura às instituições escolares, no entanto, a geração mais jovem nasce e vive num mundo em que o acesso à informação e à cultura se faz nos mais diversos espaços, desde museus, canais temáticos da televisão, centros culturais, centros polidesportivos, etc., e das mais variadas maneiras, não só através de livros mas também através da Internet, vídeos, CD-ROM's revistas científicas etc. As escolas encontram-se assim num processo de competição com todos estes novos meios de acesso à informação, e tal como Jurjo Torres Santomé afirma, “... é preciso reconhecer que, em muitos desses meios, a informação é de melhor qualidade, mais actualizada, mais relevante, mais atractiva, e está mais bem explicada do que a que circula nos centros de ensino”. (p. 119). A escola tem assim que cada vez mais integrar estes novos e eficazes meios de acesso à informação. Há que quebrar os muros que parecem blindar a escola em relação ao exterior. Na opinião do autor, as instituições escolares não morreram nem podem morrer, no entanto é necessário haver uma regeneração, é necessário que “os modelos organizativos sejam muito mais flexíveis, que tenham uma maior abertura ao meio que os circunda, tanto no que diz respeito ao aproveitamento das possibilidades dos recursos materiais existentes, como de outros especialistas e trabalhadores que vivem na mesma comunidade e em lugares ais distantes.” (p. 120).

Nestas 127 páginas penso que Jurjo Torres Santomé resume em poucas, mas sábias palavras, tudo o que vai na mente de qualquer professor, quer seja ele espanhol, quer seja português! Os motivos para a desmoralização e desânimo são idênticos e qualquer professor se revê nas suas palavras. Nestes poucos, mas incisivos 15 pontos abordados

pelo autor se resumem algumas e das mais importantes preocupações, reclamações e anseios dos professores. É importante a leitura deste livro por parte de qualquer pessoa, quer seja professor, ou não, uma vez que neste momento em Portugal assiste-se a um ataque aberto à classe docente por parte da Ministra da Educação. Vejamos, por exemplo, as medidas tomadas em relação ao estatuto da classe docente, à carga horária, ao sistema de avaliação e progressão na carreira, etc. etc.

A leitura deste livro será uma forma de compreender aquilo que preocupa uma das mais importantes classes da nossa sociedade e que desde sempre passou por diversas dificuldades e lutas, mas que no presente momento vive ainda mais uma situação delicada e de profunda desmoralização, pois, na minha modesta opinião nada está sendo feito para acabar com ela, mas, pelo contrário, todas as medidas tomadas a têm fomentado ainda mais.

### **Bibliografia**

- Apple, Michael e Weis Lois (1998) Considerando a Educação Relacionalmente. A Estratificação da Cultura e das Pessoas na Sociologia do Conhecimento Escolar. In Michael Apple *Currículo: Abordagens Sociológicas*. Lisboa: Universidade de Lisboa, pp., 15-39.
- Apple, Michael (2003) *Educating the 'right' way*. New York: Routledge.
- Beane, James (2001) *A Integração Curricular. A Essência de uma Escola Democrática*. Porto: Didáctica Editora.
- Torres Santomé, J. (2001) *Educación en Tiempos de Neoliberalismo*. Madrid: Morata.
- Castells, Manuel (2001) *La era de la información. Economía, sociedad y cultura*. Vol.1 La sociedade red. Madrid. Alianza, 2ª edic.
- Gimeno Sacristán, José (1999) *Poderes Inestables en Educación*. Madrid: Morata.
- Hobsbawm, Eric (1996) *A Era dos Extremos*. Lisboa: Editorial Presença.

**Acerca do autor do livro: Jurjo Torres Santomé** é Professor Catedrático da Universidade de Didáctica e Organização Escolar, Universidade da Corunha. Linha de investigação: Curriculum integrado e interdisciplinaridade, análises de políticas educativas, curriculum e antidiscriminação, multiculturalismo, pedagogia crítica e formação do professorado.

**Acerca da autora da resensão: Manuela Alves** é Licenciada em Ensino de Matemática pela Universidade do Minho. Actualmente é docente na Escola de Tecnologia e Gestão de Barcelos.

\*\*\*\*

**Resenhas Educativas/ Education Review** publica resenhas de livros recém-lançados na Educação, abrangendo o conhecimento e a prática em sua totalidade.

**Resenhas Educativas/ Education Review** em português é um serviço oferecido, sem custos, pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Todas as informações são avaliadas pelos editores:

•  
**Editor para Espanhol e Português**  
**Gustavo E. Fischman**  
Arizona State University  
•

**Editor Geral (inglês)**

**Gene V Glass**

Arizona State University

•

**Editora de Resenhas Breves (inglês)**

**Kate Corby**

Michigan State University

As resenhas são arquivadas e sua publicação divulgada por meio da listserv  
(EDREV). Education

Review é um signatário da Budapest Open Access Initiative.

